

UMA INVERDADE CONVENIENTE: O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Lais Naufel Fauyer Cerri

Professora do Colégio Pedro II
Doutoranda em Literaturas Africanas Pela UFRJ
laisnaufel@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivo repensar a educação, a partir do contexto pandêmico sob o qual vivemos atualmente, evidenciando a importância de, mesmo em tempos de crise, mantermos princípios éticos, construídos ao longo da história da Educação. Para tanto, recorreremos a Paulo Freire, principalmente, a fim de demonstrar a insustentabilidade do ensino remoto emergencial na educação básica.

Palavras-chave: Educação, Pandemia, Paulo Freire.

A CONVENIENT LIE: EMERGENCY REMOTE TEACHING

ABSTRACT: This article aims to rethink education, based on the pandemic context in which we currently live, highlighting the importance of, even in times of crisis, maintaining ethical principles, built throughout the history of Education. For that, we will turn to Paulo Freire, mainly, in order to demonstrate the unsustainability of emergency remote education in basic education.

keywords: Education, Pandemic, Paulo Freire

UNA CONVENIENTE FALSEDAD: ENSEÑANZA REMOTA DE EMERGENCIA

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo repensar la educación, a partir del contexto pandémico en el que vivimos actualmente, destacando la importancia de,

incluso en tiempos de crisis, mantener principios éticos, construidos a lo largo de la historia de la Educación. Para eso, nos dirigiremos a Paulo Freire, principalmente, para demostrar la insostenibilidad de la educación remota de emergencia en educación básica.

Palabras clave: Educación, Pandemia, Paulo Freire

1 INTRODUÇÃO

O isolamento social, a medida a que se aderiu durante o ano de 2020 em boa parte do mundo para conter a propagação de COVID-19, fez com que as escolas tivessem de fechar suas portas por um tempo indeterminado. Ato contínuo, as instituições de ensino precisaram pensar um meio de levar a escola até a casa de seus alunos. Como muitos não acreditavam que a epidemia pudesse chegar tão rápido ao país, não houve planejamento de prevenção em nenhuma área. Na Educação, como em todos os outros setores, tudo foi feito às pressas, com preocupações mais econômicas que humanas.

Com o distanciamento social sendo um imperativo irrefutável, dada a constatação de sua eficácia em outros países, no Brasil, as empresas, públicas e privadas, optaram pelo trabalho remoto, nos casos em que ele era possível. As pessoas passaram, então, a cumprir suas tarefas laborais dentro de suas casas e, assim, evitavam a contaminação e a disseminação do vírus.

No setor educacional, parecia simples copiar o modelo adotado pelas empresas, mas a eficácia do método foi logo questionada, principalmente nas escolas públicas. Em princípio, chamou-se atenção para a questão da acessibilidade. Como crianças que mal dispunham de água em casa para manter a higiene básica lavando as mãos no combate ao COVID-19 poderiam ter acesso à tecnologia necessária para

assistir às aulas? A discussão se deu, principalmente, em relação à falta de acesso à internet. O secretário de Educação do Município do Rio de Janeiro, Pedro Fernandes, por exemplo, resolveu a questão dizendo que as crianças receberiam o material impresso em suas casas e, assim, não perderiam o contato com os conteúdos escolares, não ficando, portanto, atrasadas em relação às que detinham acesso às tecnologias necessárias para o acesso às plataformas virtuais. Não ficando atrás, também, das crianças das escolas particulares cuja aprendizagem, teoricamente, estava se dando sem empecilhos.

O que o secretário desconsiderou, no entanto, é que a aprendizagem não se dá apenas por meio do contato entre material didático e aluno. É fundamental que haja interação, troca, entre alunos e professores. Além disso, o problema é maior, já que, com a pandemia, muitos responsáveis ficaram desempregados, o que impacta também na vida dos estudantes. Em outras palavras, não é tão simples como se quis fazer parecer.

Portanto, é fundamental pensarmos como a escolha pelas aulas e tarefas virtuais cria mais problemas do que os resolve, sendo a educação à distância, no momento, um método ineficaz na medida em que não cumpre a função para a qual foi criado. Pelo contrário, gera ansiedade, medo, mais competição, angústia, depressão e estresse desnecessários a pessoas cujo sentimento de aflição diariamente cresce dado o aumento do número de casos confirmados de contaminações e mortes em decorrência do Corona vírus.

Se as aulas remotas não garantem a aprendizagem, pelos motivos que iremos expor ao longo desse artigo, elas funcionam como elementos de manutenção das desigualdades sociais. Segundo Paulo Freire:

É preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura

e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue. (FREIRE, 2006, p. 45)

Esse tipo de educação proposto por Paulo Freire só é possível quando, na base do método selecionado, não haja nada que subjugue os agentes envolvidos. Diz o mesmo autor que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (*Idem.* 1997, p. 52). Sendo assim, a escola e seus programas de ensino precisam ser norteados pela ideia de que todos os envolvidos na tarefa da educação – professores, demais funcionários da escola, alunos e seus responsáveis – devem estar em sintonia, convergindo para a criação e manutenção de uma escola que seja “asa”, como acreditava e defendia Rubem Alves:

Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo (ALVES, 2001, p.1).

A escola-gaiola, segundo o autor, não aprisiona apenas os alunos, mas também os professores, que, mesmo certos da obsolescência de determinados métodos são obrigados a reproduzi-los, sem direito a questionamentos.

A realidade da Educação em nosso país nos mostra como é urgente que as escolas, públicas e privadas, voltem-se para a formação de cidadãos conscientes de seu papel ativo na construção da história, desenvolvendo nos jovens o interesse por uma luta cujo objetivo seja a diminuição das diferenças sociais, em direção à igualdade, ao respeito, ao cumprimento e à garantia de algo tão necessário, já bem sinalizado no artigo 5º da Constituição Federal. Trata-se do fato de que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988, P.1)

Desse modo, acreditamos que, ao desenvolver métodos pedagógicos, mesmo em tempos atípicos como o atual, as escolas devam ter como princípio básico a busca pela igualdade de acesso ao programa que se pretende criar. E, tendo o acesso, a escola precisa se certificar de que tal modo de educar não permitirá contribuir para o aumento de nenhum tipo de desigualdade.

É importante salientar, ainda que nos pareça um dado óbvio, o fato de que o processo de aprendizagem depende de uma série de fatores. Um deles, certamente imprescindível, é a saúde física e mental do estudante. A rede pública de ensino é formada, em sua maioria, por educandos cujos direitos básicos garantidos na Constituição Federal lhes são negados, em muitos casos, do nascimento à morte.

O lugar-comum “ele só vai à escola para comer merenda” é, em alguns casos, verdadeiro, já que a merenda escolar é, às vezes, a única refeição completa daquele estudante durante todo o dia. O déficit de atenção, sono excessivo ou a dificuldade de aprendizagem de uma criança podem ser causados por má-alimentação, falta de vitaminas e cuidados básicos com a higiene, por exemplo. Portanto, pensar em educação sem levar em conta a realidade da qual tratamos é ilógico, mas, sobretudo, um ato de irresponsabilidade e falta de respeito com o outro.

A rede privada de ensino, que precisava justificar a cobrança das altas mensalidades mesmo com a suspensão das aulas presenciais, investiu na publicidade positiva das aulas remotas, fazendo, assim, com que a maioria dos responsáveis confiasse na solução apresentada, antes mesmo de vivenciá-la. Mas, com o passar dos meses, o que se viu foi uma baixa adesão dos alunos ao método, muitas críticas e estafa.

Com a abertura dessa espécie de tentativa de escola virtual, começou uma corrida pelo máximo de produção pedagógica em que os professores passaram a

trabalhar excessivamente para conseguir atender às demandas de materiais e aulas que os colégios solicitavam. Alunos de todas as idades tiveram de se adaptar rapidamente ao novo modelo de educação porque as atividades não paravam de chegar. Os responsáveis ganharam, assim, mais uma função, tornando-se orientadores educacionais neste processo.

O resultado em curto prazo foi um acúmulo de estresse, agonia e ansiedade nos seres humanos que trabalharam como máquinas para serem produtivos durante a pandemia. Em longo prazo, houve inadimplência, quebra de contratos entre pais e escolas, demissões de professores e outros funcionários, perdas de direitos trabalhistas, reduções de salário, além de muitas crianças de castigo e responsáveis desesperados.

Se no âmbito da rede particular de ensino, em que, teoricamente, a maior parte dos alunos detém as condições necessárias e fundamentais para que possa acompanhar as aulas remotas, a iniciativa não tem apresentado bons resultados, imaginemos, então, a total derrota do método na rede pública. Na rede estadual, em São Paulo, por exemplo, pouco mais de duas semanas após o governo lançar oficialmente um aplicativo para ensino online, constatou-se que apenas 47% dos estudantes haviam feito login na plataforma, segundo a Folha de São Paulo. Desse percentual, estima-se que o número de alunos que, de fato, acompanham as atividades seja ainda menor¹.

A proposta apresentada pelos gestores desconsiderou uma série de questões de ordem socioeconômica e afetiva, já que priorizou a ideia limitada e improfícua de educação como transmissão de conteúdos. Novamente, recorreremos a Paulo Freire, para quem “ensinar não é transferir conhecimento mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção” (FREIRE, 2019, p.47). O educador brasileiro

¹ PINHO, Angela. **Menos da metade dos alunos acessa ensino online em SP**. 14 de maio de 2020. Nº32279. Folha de São Paulo: São Paulo, 2020.

também lamenta que “o caráter socializante da escola, o que há de informal na experiência que se vive nela (...) seja negligenciado. Fala-se quase exclusivamente do ensino dos conteúdos, ensino lamentavelmente quase sempre entendido como transferência do saber.” (*Idem. Ibidem.* 147). Para ele, isso se dá por conta de um conhecimento estreito que se tem do que seja educação. Embora as ideias de Paulo Freire sejam bastante conhecidas, parece que ainda falta muito para serem, de fato, implementadas pelas escolas do país.

Em “A pedagogia do oprimido”, Paulo Freire aponta a humanização e a desumanização como possibilidades dos homens, seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Porém, para o autor, a vocação dos homens é a humanização, que se afirma em sua própria luta pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação do homem como pessoa, como ser para si. A humanização é possível num sistema que busque uma educação para a liberdade de oprimidos e opressores. Falar sobre humanização num momento em que, em meio à pandemia de COVID-19, praias ficam lotadas, parece bastante necessário, além de provar que o país falhou miseravelmente no quesito educação.

O método das aulas remotas, defendido principalmente pelo Ministério da Educação, é atroz, em especial, para a rede pública de ensino, que concentra as famílias mais desfavorecidas. Ao optar por ele, O MEC desconsiderou um dado fundamental na formação das crianças e adolescente que a compõem: a extrema vulnerabilidade em que muitos jovens se encontram.

A escola se torna, então, não apenas o lugar em que se aprende conteúdo, mas um espaço seguro, em que o estudante pode encontrar amigos, almoçar ou jantar, compartilhar experiências com professores e outros alunos e até denunciar maus-tratos sofridos em casa. Em outras palavras, é um lugar seguro, onde a bala perdida (quase!) não chega, com adultos confiáveis, que, dentre outras coisas, ensinam-lhes conteúdos escolares.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Os conhecimentos que se transmitem e se recriam na escola ganham sentido quando são produtos de uma construção dinâmica que se opera na interação constante entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola, num processo contínuo e permanente de aquisição no qual interferem fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos. (BRASIL, 1998, P.36)

E o papel do educador no processo escolar seria, portanto, o de um orientador, como afirma o professor Tiago Cavalcante da Silva, explicando que

o professor atua, assim, como um orientador, facilitador na construção desse saber elaborado socialmente. O aluno, como sujeito de sua própria formação, dialoga com o professor para que, por meio desse exercício, aprenda a responder às questões sociais que o exigem como cidadão, para além dos muros da escola. (SILVA, 2018, p.56)

Portanto, é preciso que haja uma interação entre alunos, professores, experiências e conteúdos envolvidos para que a educação possa existir enquanto processo para a formação de seres pensantes que possam libertar a si e a seus opressores. Como fazer isso de modo remoto na educação básica?

Porém, o que aproxima as duas redes de ensino, no momento atual, além da escolha do método e da falta de bom senso, é a desatenção à realidade que estamos vivendo. Em meio a uma crise sanitária, o que de melhor uma escola poderia fazer por seus alunos, com base no que nesse artigo defendemos ser a educação, seria ensiná-los a respeitarem as recomendações da Organização Mundial de Saúde, mostrando a eficácia de tais orientações, bem como a importância de mantermos hábitos saudáveis e de higiene, além de conversar sobre consumo consciente, respeito à natureza e a importância da solidariedade.

Seria interessante também sugerir que os alunos aproveitassem o tempo para fazer atividades leves e agradáveis, que esses estudantes não se permitissem pressões de nenhuma ordem, que se preocupassem em se manterem calmos em casa, tranquilos, aguardando tudo isso passar. O momento é de espera, de cuidados

com a saúde, de proteção. Não sabemos até quando o isolamento será necessário, mas temos a certeza de que precisamos sair saudáveis dele, sendo esses os únicos conteúdos que a escola precisa difundir no momento.

A fundadora do movimento Moleque e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, Mônica Cunha, chama a atenção, em artigo do Jornal O Globo, para o papel da mulher na educação dos filhos, outra questão a ser considerada quando o assunto é aula remota:

Primeiramente, o machismo estrutural desta sociedade impõe que seja a mãe a responsável pela educação dos filhos. Nunca se ouviu a expressão “pai de bandido” para deslegitimar as pautas de defesa dos direitos dos jovens encarcerados. Quando se fala da criação e do cuidado dos filhos, a culpa é sempre da mãe. Ninguém está preocupado se esta mulher cumpre dupla ou até tripla jornada de trabalho, na informalidade, para suprir as necessidades mínimas dos filhos. Não importa se as famílias das quais falamos são monoparentais, se essas mulheres foram abandonadas pelos homens com quem se relacionaram. Para esta sociedade hipócrita, culpa é substantivo feminino e exclusividade da mulher. (CUNHA, 2020, p.1)

As aulas remotas contribuem, principalmente, para a manutenção da desigualdade de gênero, na medida em que, historicamente, sempre coube à mulher a responsabilidade pelas tarefas domésticas, sendo a educação dos filhos uma delas. Ao entrar nas casas, a escola delegou as mães, avós, tias, madrastas, mulheres, mais uma função, a de tutoras de EAD.

Responsabilizadas prioritariamente pela vida doméstica, em que se destaca o cuidado com as crianças e o trabalho sistemático para a reprodução da vida, as mulheres são desde pequenas socializadas para esse papel. Mas sua realização, em que o casamento tem uma função importante, as coloca numa posição que se desdobra em menor controle sobre suas vidas, menor tempo e participação mais restrita na vida pública, o que implica também renda menor, trabalho precarizado, e mais obstáculos à participação política. (BIROLI, 2015, P.1)

Sendo assim, as aulas remotas, ao acrescentarem mais uma função ao cotidiano já transbordante das mulheres, interferem, assim, indiretamente em questões políticas, sociais e econômicas, por exemplo. Isso significa que, ao defender o ensino remoto, estar-se-á defendendo a manutenção da misoginia e do machismo.

As escolhas de métodos pedagógicos precisam ser pensada também pelos vieses social, político, cultural e histórico. Em outras palavras, transferir a escola para a casa pode criar mais problemas do que resolvê-los. Por isso, é necessário que as instituições avaliem o processo educativo durante a pandemia, estando dispostas a modificá-lo caso seja necessário.

O que a maioria das escolas e o Ministério da Educação têm feito até o momento é ignorar a gravidade da crise sanitária em que vivemos, seguindo com suas atividades já pré-programadas, sem considerar que é possível que alunos, professores e responsáveis estejam tendo dificuldades para acompanhar o ritmo das aulas virtuais, seja por questões tecnológicas ou por questões de saúde. A quantidade de contágios aumenta a cada dia, e os mortos não são mais pessoas distantes em outros países ou cidades. Os mortos, cada vez mais, são nossos amigos, parentes e professores.

A psicóloga Maria Rita Kehl afirma que

A delicadeza não é causa de nossa humanidade, é efeito dela. Não é meio, é finalidade. O homem não é necessariamente delicado – daí a urgência de se preservar, na vida social, as condições para a vigência de alguma delicadeza (KEHL, 2009, p.453).

O fato de a delicadeza não ser uma qualidade intrínseca ao ser humano é, segundo Kehl, o que a faz tão necessária. Por isso é preciso que haja espaços para que ela possa se desenvolver. Por isso, acreditamos que escola não deve, de forma alguma, representar o espaço da indiferença, da dessubjetivação, da brutalidade, da falta de delicadeza porque todo método pedagógico precisa sempre se pautar na busca pela humanização.

Para Maria Rita Kehl, a perda da delicadeza está relacionada, entre outros fatores, à falta de consciência de transitoriedade, a pressa que faz com que, a fim de

não perder nada, atrolemos o que é essencial. Vivemos numa sociedade competitiva cujo caminho é ditado pelo dinheiro e não pelo valor de sua travessia.

A obrigação das escolas é criar as condições para que a delicadeza se desenvolva e não, como têm feito durante a pandemia, compactuar com a brutalidade do pensamento daqueles que vivem para o lucro. A escola deve ser, por excelência, um espaço de partilha de subjetividades e construção de empatia.

A implementação da EAD e a manutenção do calendário escolar, com suas provas e outras avaliações, num momento em que vivemos sob o medo da contaminação por um vírus letal, não é só uma escolha sexista, que sobrecarrega as mulheres com mais uma tarefa doméstica, por exemplo, que acentua desigualdades, mas também é, sobretudo, a escolha desumana pela indiferença travestida de salvação.

A educação só existe quando feita com a qualidade imprescindível para concluir seu objetivo, que é a aprendizagem. O projeto pedagógico cujo fim seja o lucro não só não é um serviço essencial à comunidade como se torna, inclusive, altamente dispensável. Por isso, quando o que se pode oferecer ao estudante é apenas um projeto superficial de educação, desenvolvido para outra finalidade que não seja a de contribuir para o crescimento social e intelectual daquele ser humano, o melhor e mais honesto a se fazer é aguardar o momento em que será possível oferecer ao aluno um projeto que se possa, honestamente, chamar de Educação:

(...) o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, o ponto em que decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDR, 1997, 247).

O distanciamento social, a necessidade de ficar em casa para evitar a contaminação, pode ser um momento para outras aprendizagens que não os conteúdos escolares. Há muito o que fazer em casa neste momento, sozinho ou com a família. Há muito o que conhecer, o que descobrir, há muitas oportunidades de delicadeza e não podemos perdê-las simplesmente porque estamos ocupados gastando nosso tempo e nossa energia com questões que não nos engrandecem.

O raciocínio é bem simples. Se, dentro da normalidade, o processo de ensino e aprendizagem com as aulas presenciais não é uma tarefa fácil, fazendo com que, muitas vezes, haja repetência de ano e evasão escolar, além de transtornos desenvolvidos, pressão e estresse, como é possível que, em meio a uma pandemia que nos obriga a ficar casa por um tempo indeterminado, num momento em que cada vez mais recebemos informações sobre a quantidade incontável de óbitos decorrentes do Corona vírus, que as aulas virtuais deem certo?

Além da falta de tecnologia para acompanhar as aulas, faltam estímulos sociais e básicos, como a alimentação e a visualização de algum futuro promissor em decorrência da formação escolar, por exemplo, para muitos estudantes. O sistema meritocrático, injusto porque não parte de uma base comum para toda a população, muito menos garante meio iguais de manutenção de condições de vida necessárias ao crescimento social e intelectual, defende as aulas remotas como saída para a crise por ver nela uma forma de ampliar ainda mais as diferenças socioeconômicas existentes entre todos os estudantes, futuros trabalhadores.

O sistema educacional ainda é elitista, escolhendo quem pode ter acesso à educação de qualidade, enquanto vende a oportunidade de aprender aos que por ela puderem pagar. Mesmo dentro da rede privada há diversas famílias que abrem mão de muitas coisas para poder dar ao filho a educação que consideram mais adequada. A educação de qualidade, que deveria ser um direito de todo cidadão, é tão comercializada quanto qualquer outro produto de mercado.

Não defendemos aqui o fim da Educação à distância (EAD), pois em situações específicas em que fora praticada, muito antes de entrarmos em quarentena, com base em critérios bem definidos, é possível acompanhar sua eficácia no processo de ensino e aprendizagem. Acreditamos que a EAD deva ser uma opção para aqueles estudantes que a julgarem própria a suas necessidades e não a única opção do aluno, muito menos na educação básica. A EAD, feita dentro dos parâmetros corretos, tem apresentado bons resultados na Educação Superior, no ensino de línguas e diversos cursos online. Entretanto, num país onde ainda há lugares sem saneamento básico, com pessoas vivendo na extrema pobreza, em que estupros e assassinatos são praticados dentro dos lares, com família morando em casas de apenas um cômodo, com crianças trabalhando, a utilização da EAD na educação básica jamais será uma opção aceitável, ainda que de modo emergencial.

A crítica que se quer desenvolver aqui está relacionada a um projeto maior que claramente o governo e alguns empresários desejam implementar como forma de privatizar a Educação. A EAD aparece como alternativa para baratear a escola, junto com a ideia de homescholling.

Ao aceitar as aulas remotas em época de crise sanitária, aceita-se a desigualdade, aceita-se a injustiça, aceita-se o sucateamento da educação no país, aceita-se a necropolítica, aceita-se o discurso de ódio, aceita-se o espaço da escola como dispensável e o professor como mero produtor de conteúdos.

Além disso, para garantir educação de qualidade aos jovens, é importante considerar também a necessidade de políticas públicas em todas as áreas, já que é preciso, por exemplo, ter saúde tanto para ensinar quanto para aprender, assim como ter uma renda mínima que permita ao indivíduo exercer sua cidadania.

Nas palavras de Eduardo Galeano, “(...) O sistema, que não dá de comer, tampouco dá de amar: condena muitos à fome de pão e muitos mais à fome de braços” (GALEANO, 1991, p.23).

O sistema que não abraça seu povo, isentando-se de sua função essencial – o cuidado com a população-, o sistema que não dá às pessoas nenhuma esperança ou afeto, jamais poderá encontrar uma opção razoável de projeto educacional porque, antes de mais nada, para pensar a educação, é preciso se importar com aqueles que a irão receber. Mas o sistema é ainda mais cruel porque, além de não se importar, incentiva o desprezo, o ódio, a competição desenfreada, o lucro a qualquer custo. O sistema incentiva a barbárie, quando deveria defender, acolher e estimular a empatia. A escola é, essencialmente, o lugar onde se aprende a lutar contra o sistema opressor, contra a cultura do ódio e do preconceito. Na escola, os abraços transbordam, por isso ela é tão importante e deve ser preservada.

Por Ensino Remoto Emergencial, pode-se entender:

Em contraste com as experiências planejadas desde o início e projetadas para serem on-line, o ensino remoto a distância emergencial (ERE) é uma mudança temporária da entrega de instruções para um modo de entrega alternativo devido a circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que, de outra forma, seriam ministradas presencialmente ou como cursos combinados ou híbridos e que retornarão a esse formato assim que a crise ou emergência tiver diminuído (HODGES et al, 2020, p. 05).

Pela definição, percebe-se que se trata apenas de uma transferência de espaços, como forma de permitir a transmissão de instruções num período em que não existe a opção por um contato presencial. Lendo desse modo, percebemos que o qualifica o ERE como bom ou ruim é a capacidade que a instituição tem de repassar determinado conteúdo ou informação ao aluno.

A questão que torna o ERE infrutífero é o fato de que a educação, o processo de ensino e aprendizagem, não se faz de modo unilateral. É na interação, na troca afetiva, nas escutas e olhares que a educação acontece.

Parece-nos claro que as aulas remotas são, de fato, um método eficaz de transmissão de informações para aqueles estudantes que têm acesso a elas. Entretanto, o ensino, de verdade, precisa de muito mais do que isso.

Se ao longo do texto apresentamos as críticas ao método vigente, chega a hora de oferecermos algum alento, alguma opção que, se não pode “salvar” o ano letivo, pelo menos também não irá contribuir para aumentar as desigualdades sociais. Num país egoísta, incapaz de respeitar o distanciamento social, cujo governo se mostra cada vez mais indiferente ao vírus e às suas vítimas, cujo número de mortos, no momento da escrita desse artigo, ultrapassa 141.000, oferecer EAD, ensino remoto emergencial, contabilização de horas letivas a partir de aulas remotas improvisadas, é compactuar com um projeto necropolítico de um governo que se garante na ignorância e teme a educação. Por isso, quem educa para a liberdade, para a formação de cidadãos críticos se torna inimigo do Estado.

É, portanto, do Colégio Pedro II, escola tradicional do Rio de Janeiro, alvo de diversas denúncias e críticas de políticos e civis conservadores, que vem a proposta de interação remota² com a qual concordamos.

O Colégio já vinha disponibilizando, desde o início das suspensão das aulas, materiais didáticos em blogs e sites oficiais da instituição, entretanto, após intenso debate entre a comunidade escolar, entendeu-se que era preciso repensar a estratégia. Assim, o Conselho Superior do Colégio Pedro II (CONSUP) deliberou as

² O SINDSCOPE (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II) prefere o termo “interações remotas” a “ensino remoto”, visto que, na educação básica, é impossível realizar ensino de modo remoto. Em acordo, optamos por essa expressão.

normais para a produção de atividades de “apoio emocional e cognitivo”, como têm sido chamadas. Segundo a portaria 1254, que regulamenta tais atividades:

Parágrafo único. As atividades remotas ou não presenciais deverão ser inclusivas e considerar as vulnerabilidades dos estudantes, para deste modo evitar o aprofundamento das desigualdades, a paralisia institucional e a inércia educacional diante da conjuntura atual. (PEDRO II, 2020, p.2)

O princípio que norteou a elaboração do documento foi a necessidade de se pensar alternativas de manutenção do vínculo entre o aluno e a escola, de modo que essa relação evitasse qualquer tipo de exclusão, fosse ela tecnológica, cognitiva ou emocional.

O colégio também disponibilizou auxílio financeiro para alunos em situação de maior vulnerabilidade. Entretanto, o orçamento não deu conta de todos os pedidos, além de totalizar um valor que não permite ao aluno adquirir internet e equipamentos de grande qualidade. Sendo assim, as atividades foram elaboradas em formatos que não demandam grande quantidade de uso de dados.

As atividades de apoio emocional e cognitivo não são obrigatórias, já que o colégio pretende, assim que houve condições sanitárias para tanto, repor as 800h letivas de modo presencial. A exceção fica para os concluintes do terceiro ano do ensino médio que podem solicitar tal contagem, se assim desejarem, para fins de antecipação do certificado de conclusão.

Todavia, a medida adotada passou por intensas discussões em diversos fóruns da escola, cuja comunidade ainda se divide entre aderir ou não ao ensino remoto. Entretanto, conquanto os impasses, era necessário tomar uma decisão. Sendo o Colégio Pedro II uma escola pública, com alunos de todas as classes sociais, que preza pela igualdade, pelo respeito, pela educação de qualidade, pela saúde física e mental de seus alunos e servidores, o CONSUP decidiu por não aderir em 2020 às aulas remotas.

A decisão não se pautou apenas pela questão da falta de acesso, embora seja esse um princípio fundamental, mas, também, pelos relatos de experiências com as aulas remotas nas redes pública e privada, oferecidos por membros da própria comunidade escolar.

As propostas de interações remotas visam à manutenção do vínculo do estudante com a escola, a partir de atividades que trabalhem aspectos cognitivos, sem desenvolverem questões conteudistas. O objetivo é também mostrar ao aluno que não tem problema se, em meio a uma pandemia, em que talvez ele já tenha perdido alguém que ama, ele não estiver animado para estudar. Inclusive, a falta de ânimo não deixa de indicar certa solidariedade às pessoas que, por diversos motivos, não podem se dedicar aos estudos.

O ensino de conteúdos escolares só tem efeito quando mediado pelo afeto, é esse o segredo da escola, e é por isso que as aulas remotas não têm surtido o efeito desejado.

Na verdade, as aulas remotas e a EAD, feitas num momento como este, prescindem da falta de sensibilidade para acontecerem. Se pararmos para pensar, se nos permitirmos um momento de delicadeza, pararíamos imediatamente com as aulas e nos permitiríamos a liberdade de chorar por nossos mortos e por nossa história. Se os estudantes não forem capazes de se sensibilizarem diante das mortes que eles veem diariamente aumentarem, de nada lhes adiantará o conteúdo inerte na plataforma digital da escola, porque educação tem menos a ver com conteúdo do que com a capacidade humana de se emocionar.

Quando tudo isso passar, as escolas darão conta perfeitamente de repor conteúdos, mas não poderão dar ao aluno a chance de vivenciar e aprender com um momento histórico tão importante.

“Recordar”, como nos lembra Eduardo Galeano em *O livro dos abraços*, vem do latim, *re-cordis*, e significa “tornar a passar pelo coração” (GALEANO, 1991, p.11). Deixar que os alunos vivam intensamente este período é dar a eles a oportunidade de ter um momento histórico para recordar mais tarde. Não se tratará de uma informação fria, como as outras que eles leem nos livros didáticos de história, será uma memória que, quando lembrada, não virá como um mero dado, mas como uma imagem cuja travessia passará sempre pelo coração, sendo, portanto, revivida e resignificada cada vez que surgir no pensamento desse estudante ao longo da vida .

É preciso que os alunos possam ter contato com o que está acontecendo com o mundo, é fundamental que percebam e se permitam indignar com as atitudes nocivas que o governo brasileiro tem tomado. É preciso que vivam este momento para que possam, no futuro, contar aos amigos, filhos e netos o que experienciaram. Ficar em frente ao computador fazendo uma lista de exercícios não os ajudará a desenvolver empatia por aqueles que adoecem, muito menos fará com que sejam capazes de mensurar a magnitude do que está acontecendo. Não queremos que os estudantes de hoje, daqui a alguns anos, digam por aí que não houve pandemia, que era só uma gripezinha, que não morreu muita gente, que era tudo fantasia, da mesma forma como, às vezes, contrariando os fatos, há quem diga que não houve ditadura no Brasil.

Por fim, é fato que vivemos um momento de retrocesso, em que muitas conquistas estão sendo abafadas com a volta de pensamentos preconceituosos, brutais, cruéis e desumanos. Por isso, mais que conteúdos curriculares, a escola precisa ensinar valores, empatia, ética e respeito. As aulas remotas, esta saída “heroica” que as escolas encontraram para dar conta do ano letivo em meio a um caos mundial, contribuem para o aumento da desigualdade socioeconômica, aumentando também o nível de estresse e ansiedade de jovens e adultos, sobrecarregando as

mulheres, arrefecendo o processo de aprendizagem, tratando a educação como uma mercadoria, num comércio que explora também os professores, sem o menor pudor.

É preciso desenvolver nos estudantes a curiosidade, o desejo pelo saber, pelo conhecimento. É com uma educação humanizada e libertadora que vamos construir um país que respeite seu povo de forma inteira, sem exceções. Um mundo em que a mulher, por exemplo, se responsabilize pela educação do filho por vontade própria e não por medo, receio ou culpa. Uma educação que seja feita pelo amor ao conhecimento, respeitando o tempo de aprendizagem de cada um, sem pressão, sem competição, sem exploração.

O Covid-19 chegou ao Brasil não para apagar as diferenças, como muitos já tentaram fazer parecer, romantizando a crise. Pelo contrário, ele apenas evidencia o projeto necropolítico do governo brasileiro, que desconsidera as necessidades da população, dando atenção apenas às questões econômicas.

Um dos argumentos do MEC para manter o que vem chamando de EAD durante a pandemia é a (pseudo) preocupação de que os estudantes não fiquem atrasados em relação ao conteúdo letivo, para que não “percam o ano”. Esse argumento tão benevolente apenas mascara a intenção de vender a EAD como um projeto heroico e salvador da educação brasileira para os próximos anos.

Outro argumento utilizado em defesa da EAD é que o envio de materiais aos alunos bem como o oferecimento de aulas virtuais manteria o vínculo dos estudantes com o colégio, evitando a evasão escolar. É possível, entretanto, e parece que o MEC não prevê tal fato, que o acúmulo de informações, de material escolar, de cobranças, seja um fator relevante para a evasão, ao contrário do que se espera. É possível que o excesso de cobrança num momento já suficientemente pesado como o atual apenas afaste os alunos da escola.

Tentamos, ao longo desse artigo, demonstrar como a propaganda que se tem feito do ensino remoto é bastante enganosa. A partir do exemplo do Colégio Pedro II, tentamos exemplificar como é possível interagir com os estudantes sem pressioná-los, sem os expor, sem os excluir.

Na pandemia, nem todas as máscaras salvam, algumas precisam ser retiradas urgentemente. O ensino remoto emergencial, esse pseudo-herói, precisa, a nosso ver, ser combatido. O COVID-19 é alimentado também pela ganância, pelo lucro a qualquer custo, pela exploração, pela necropolítica, pelo desprezo. O ensino remoto surge, oportunista, como calmante momentâneo para alguns responsáveis, enquanto faz crescer os lucros dos empresários da educação. Levianamente, ele surge como uma verdade que convém a dois lados, mas que, de fato, só traz benefícios a um deles.

Pensar o ensino e a aprendizagem nunca foi tarefa simples. Num contexto como o atual, reflexão precisa ser ainda maior porque mais necessária. A educação precisa de reflexão, tempo, espaço e afeto, não acontece às pressas, sob pressão, de modo sufocante.

Esse artigo, portanto, não deixa de ser um respiro para quem o escreve. Esperamos que também tenha sido para quem o leu.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Rubem. **Gaiolas e asas**. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0512200109.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa da República do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 01 de maio de 2020.

_____. Ministério da Educação. Introdução. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental – bases legais** Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998.

BIROLI, Flavia. **Uma posição desigual: mulheres, divisão sexual do trabalho e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/06/uma-posicao-desigual-mulheres-divisao-sexual-do-trabalho-e-democracia/>. Acesso em: 01 de maio de 2020.

COLÉGIO PEDRO II. **Portaria 1254**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/PORT%201254%20dispe%20sobre%20atividades%20acadmicas.pdf>. Acesso: 02 de setembro de 2020.

CUNHA, Mônica. **Desconstruindo a expressão 'mãe de bandido'**. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/desconstruindo-expressao-mae-de-bandido-24409436>. Acesso: 01 de maio de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 59ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2019

_____. **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Trad. Éric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 1991.

HODGES, Charles et al. **The difference between emergency remote teaching and online learning**. EDUCAUSE Review. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>, 2020. Acesso em: 14 jun. 2020

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2016.

SILVA, Tiago Cavalcante da. **Ensino de literatura na educação básica: (des)aprendizagem, humanização e resistência.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.